APUBH - BIBLIOTECA

Boletim Especial da Greve da ADUFS - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe

INFORGREVE

Edição Especial - S.Cristóvão, 20, mar.2002

EDITORIAL

Finalmente está chegando às suas mãos a última edição do boletim **INFORGREVE**. Foram mais de 100 dias de uma greve marcada por intensas atividades e debates entre os diversos setores dos SPFs, suas bases e o governo, resultando na construção de um dos movimentos mais fortes e vitoriosos dos últimos anos.

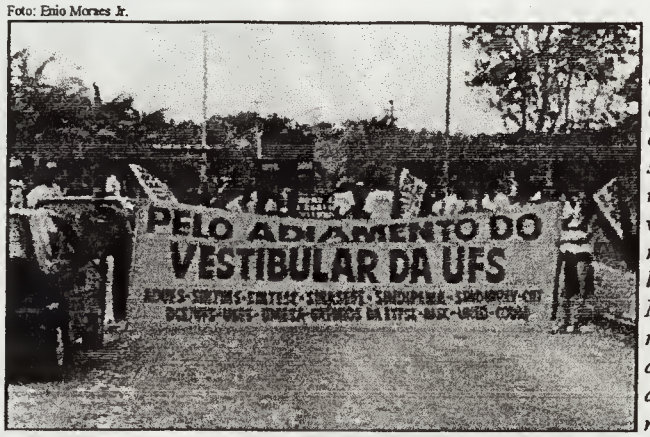
No caso específicos dos docentes do ensino superior, a greve constituiu um importante ponto de reflexão dos professores que fazem o nosso sindicato nacional, o ANDES-SN, a partir de suas bases locais, entre elas a ADUFS-Seção Sindical. Mas sem dúvida nenhuma talvez os enfrentamentos com o governo federal e a constante presença do movimento docente na mídia marcaram o movimento grevista, especialmente no que diz respeito aos setores do ensino superior. A intransigência e as dificuldades de diálogo com o governo e o impasse da suspensão do pagamento dos servidores em greve, ao contrário do que o governo federal e o Ministério da Educação poderiam prever, fortaleceram o movimento.

Em nível local vale destacar, ao lado do trabalho do Comando Local de Greve (CLG) da ADUFS-SSind, o papel aglutinador do Comando Estadual Unificado de Greve (CEUG) - que reuniu diversas categorias dos serviços públicos e sindicatos -, a participação dos estudantes - decisiva no adiamento do vestibular da UFS - e a cobertura incessante e profissional do movimento por parte de setores da imprensa sergipana.

Sem dúvida nenhuma, esta greve traz para os setores grevistas um saldo bastante positivo, mas a luta e a defesa dos serviços públicos de qualidade continuam. Boa leitura!

UM SALDO POSITIVO

Foto: Ênio Moraes Jr.



O adiamento do vestibular da UFS foi, sem dúvida, uma das principais vitórias do movimento grevista local. Na foto, momento da passeata de 31 de outubro, na UFS

Este é o momento de balanço. Todas as greves que fizemos até aqui foram necessárias. Nelas, conquistamos direitos e melhorias para os docentes e para a Universidade. Não é possível negar o saldo político positivo de uma greve que nacionalmente parou todas as Instituições Federais de Ensino Superior ligadas ao Andes-SN. Com isso, torna-se inevitável estarmos impregnados pelo gosto da Vitória, arrancada após 108 dias de greve.

O saldo da greve é, portanto, inequivocamente positivo. Estancamos o Projeto de Emprego Público, avançamos em valores e em critérios, e diminuímos as diferenças salariais da categoria. É menos do que queríamos, mas muito mais do que conseguiríamos (nada) sem a greve.

Ampliamos nossos canais de interlocução, a partir da atuação conjunta com os técnico-administrativos e com os estudantes. Além disso, essa integração à luta fez com que conquistássemos um expressivo apoio da sociedade e da mídia. Os ganhos econômicos foram distribuídos da maneira mais justa possível, sem abrir mão dos nossos princípios. Os ganhos morais e éticos podem ser reconhecidos em nossa determinação, vontade política e resistência.

Essa greve deve ser avaliada, portanto, pela vitória sobre o governo, na defesa dos direitos sindicais e na defesa das garantias democráticas. Em todo país a greve representou ainda a certeza de que a existência um Sindicato faz diferença. E a volta às aulas, em cada instituição, deve ser marcada pela manutenção da unidade com os estudantes e os técnico-administrativos na definição das regras para uma reposição integral e de qualidade.

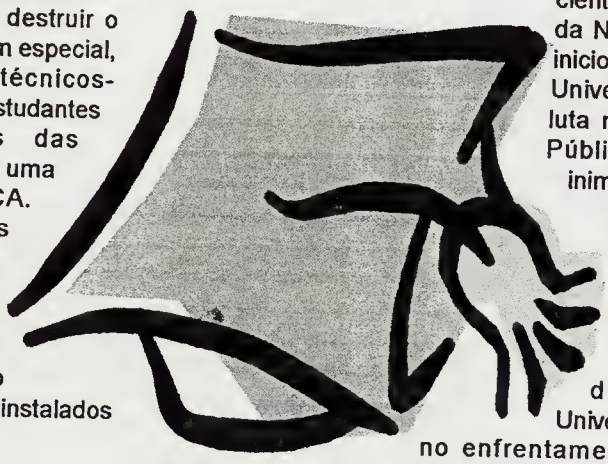
EM DEFESA DOS SERVIÇOS E DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A LUTA CONTINUA!

Saudação à Comunidade Universitária e à sociedade

Após 108 dias de uma vitoriosa greve, ressaltada pela unidade das entidades (ANDES-SN, FASUBRA Sindical, SINASEFE e UNE) em defesa da Universidade Pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, os docentes das IFES agradecem o apoio recebido da sociedade em geral e dos segmentos universitários, em particular.

Frente às medidas paulatinamente adotadas pelo governo para destruir o Sistema Público de Ensino - em especial, o Federal - reagiram os técnicos-administrativos, professores, estudantes e Conselhos Superiores das Instituições. Foram 108 dias de uma grande AULA PÚBLICA. Construímos e avançamos nos patamares de unificação com os estudantes, o que ficou evidente nas ações de rua, na identificação de eixos comuns de reivindicações, no diálogo entre os Comandos Nacionais instalados em Brasília.



Reafirmamos que esta greve, deflagrada em 22/08, poderia ter sido evitada não fosse a intransigência do MEC em não reconhecer nossa pauta de reivindicação, várias vezes protocolizada. Pauta esta, que além de resgatar nosso projeto de Universidade foi capaz de expor a política perversa de desmonte das Universidades do governo neoliberal de FHC e de seus mandatários (FMI/Banco Mundial). Apostando na fragilização do nosso movimento, o MEC somente aceitou nos receber um mês após iniciada nossa paralisação, e com sua intransigência, prolongou desnecessariamente nosso movimento, visto a pequena diferença entre os valores hoje acordados e os que sustentavam o acordo negociado, mas não assinado pelo MEC em 31 de outubro. Além da defesa dos nossos princípios, as negociações com os Parlamentares e as vitórias no Judiciário permitiram ao movimento pôr término à greve.

Além dos ganhos políticos e financeiros, destacamos o caráter pedagógico do movimento, que além de mobilizar as categorias em atividades de rua, o que foi fundamental para a visibilidade das nossas ações, envolveu o parlamento e poder judiciário na luta por reconhecer a importância da Educação e dos serviços públicos para o desenvolvimento sócio econômico e científico que garantem a soberania da Nação. Assim, a greve que se iniciou com a bandeira da defesa da Universidade Pública, em meio à luta maior em defesa do Serviço Público, adquiriu, pelo peso do inimigo que enfrentou, uma vitória em várias frentes: na pauta, ao contrapormos uma alternativa ao projeto de Universidade do governo, na consolidação interna e externa dos setores que se dispõem a defender a Universidade Pública e, além disso, no enfrentamento às arbitrariedades do governo FHC, às organizações sindicais e à Constituição Federal.

Docentes, técnico-administrativos e estudantes, apesar de terem em suas pautas de reivindicações alguns pontos específicos a cada categoria, lutaram juntos pela defesa da Universidade Pública, pelo aumento das vagas, por melhores condições de trabalho, pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pela assistência estudantil, dentre outros pontos (o reajuste salarial dos docentes, por exemplo, repercute no valor das bolsas de pesquisa).

Comemoremos, pois, juntos, a vitória nessa etapa da luta, atentos para a necessidade de muitos outros embates e da ação cotidiana para trazer para o dia a dia do trabalho universitário a defesa conseqüente e (neste caso, sim) intransigente do projeto de Universidade Pública, Gratuita e Socialmente referenciada.

PERMANEÇAMOS, PORTANTO, MOBILIZADOS, PARA NÃO APAGAR O FUTURO
A LUTA CONTINUA E É PARA VENCER!!!!!!

Brasília, 07 de dezembro de 2001.
COMANDO NACIONAL DE GREVE DO ANDES-SN

INFORGREVE : Boletim Especial da Greve da ADUFS - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe.
Comando de Greve da ADUFS-SSind: Diretoria da ADUFS, Arivaldo Montalvão Filho, Anselmo Belém Machado, Marlucy Gama, Maria Auxiliadora R. Feitosa, Menilton Menezes, Neilza Barreto, Romero Júnior V. Silva, Pedro Leite, Silvânia do Nascimento e Thereza Cristina Z.Tanezini./Diretoria da ADUFS-SSind: Claudete Sales Sampaio (Presidente), Oneize Amoras de Araújo (Secretária), Wagner Nóbrega (Dir. Adm. e Financeiro), Enio Moraes Jr. (Dir. Acad. e Cultural). / Comissão Imprensa: Enio Moraes Jr., Pedro Leite e Neilza Barreto.
* Este boletim foi produzido pelas alunas de Comunicação Social/Jornalismo, Erika Karina Ribeiro e Palloma Vasconcelos, durante o período de implantação do projeto de conclusão de curso ASCOM/ADUFS.
ADUFS-SSind - Cidade Universitária Prof. José Aloízio de Campos, Bloco da Administração I / CCSA / Térreo. Av. Marechal Rondon S/N, Conjunto Rosa Elze, São Cristóvão - SE / CEP: 49.100-000 / Fone: (79) 212-6788 / Telefax: (79) 259-2021 / e-mail: adufs@infonet.com.br

 APUBH - BIBLIOTECA

Uma greve histórica

Romero Venâncio[1]

A última greve dos tecnico-administrativos e professores das Universidades pública brasileira (2001) foi um marco histórico na luta em defesa da publicidade e da qualidade do ensino superior.

Em 22 de agosto de 2001 iniciou-se a greve nacional unificada dos servidores públicos federais, levando os docentes e técnicos das universidades a se incorporarem paulatinamente no movimento de acordo com as assembléias locais.

Já no início, percebemos a força da greve nas universidades, avaliamos que o quadro estava mudando e nos era favorável: a unidade do movimento; a decisão do STF, exigindo do governo a reposição das perdas salariais do funcionalismo; início da crise Argentina e a situação caótica vivida pelas universidades nos levava a entender a real necessidade do movimento paredista. A identificação entre a nossa greve e a defesa da universidade pública foi imediata e fundamental. Os estudantes via UNE entraram em greve com pauta própria, declarando-se na mesma luta. Tínhamos como pauta unificada os concursos pelo regime jurídico único, a posição frontalmente contrária a lei do emprego público, a defesa dos direitos dos aposentados, o reajuste de 75,48% e a garantia dos direitos sindicais.

Foto: Enio Moraes Jr.



No âmbito das universidades o início da greve foi marcada por forte indignação e por uma adesão muito mais ampla do que nas últimas paralisações: o que se traduziu em mobilizações internas - debates, piquetes, pressão nos conselhos superiores e uma presença significativa na mídia. Durante a nossa greve, ainda nos somamos aos demais trabalhadores que lutavam com a CUT contra a provação nas mudanças na CLT encaminhadas pelo governo. Foi um momento significativo na unidade dos trabalhadores contra as agressões aos direitos históricos da classe trabalhadora.

No âmbito da nossa luta na UFS, podemos destacar alguns momentos significativos: o adiamento do vestibular, a continuidade da greve mesmo com a suspensão dos salários, a articulação do setor da educação (ADUFS-SSind e SINASEFE) e o papel do Comando Estadual de Greve.

O fato marcante da nossa greve na UFS foi, sem dúvida, o adiamento do vestibular. Criou um fato político para o movimento, deu uma significativa visibilidade social a nossa luta e mobilizou a sociedade sergipana para entender a atual situação das universidades públicas. Termos derrotado a posição subserviente da Reitoria da UFS ao MEC, foi um marco na continuidade da luta e fez com que o movimento se mantivesse coeso, mesmo com a suspensão dos salários.

A nossa resistência local se dava, principalmente, pela condução em âmbito nacional do nosso sindicato. A segurança e a capacidade de negociação da ANDES nos mantinha localmente mais preparados para os enfrentamentos e para o desfecho final.

Avaliamos com muito positiva a nossa greve, mesmo tendo consciência que chegamos ao possível (reajuste no salário base; a rejeição da lei do emprego público; mais vagas para concurso em 2002 e o fortalecimento do nosso sindicato) e era o que esperávamos. A nossa luta vai continuar nas mais diversas frentes que combatem as políticas neoliberais no Brasil e na América Latina.

[1] *Romero Venâncio é professor do Depto. de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe e membro do CLG da ADFUS-SSind.*

EM MARÇO A ADUFS ESTARÁ ON-LINE
AGUARDE!

NOSSAS ATIVIDADES

Acompanhe, a seguir, a lista dos principais atos do CLG da ADUFS-SSind durante a greve:

AGOSTO

Dia 29 - Comando Local de Greve (CLG) da ADUFS-SSind participa de reunião do Conselho Universitário da UFS, que aprovou moção de apoio à greve.

SETEMBRO

Dia 04 - Assembléia de deflagração da greve da ADUFS-SSind.

Dia 05 - Implantação do Comando Estadual Unificado de Greve (CEUG), com participação do então presidente da CUT estadual, Francisco Gualberto, na sede da CUT.

Foto: Onezze Araújo



Dia 05 - ADUFS-SSind e SINTUFS participam, através de seus presidentes, de reunião do conselho dos centros acadêmicos convocada pelo DCE da UFS.

Dia 07 - Participação do CEUG no grito dos excluídos. Professora Claudete Sampaio proferiu discurso representando a ADUFS-SSind, como entidade organizadora do evento.

Dia 10, às 6 horas - DCE, SINTUFS e ADUFS-SSind fecham entrada do Campus Universitário Professor José Aloísio Campos.

Dia 10, às 14 horas - Manifestação do CEUG no Hotel Parque dos Coqueiros, onde o secretário Luís Carlos Capela do MPOG proferiu palestra de abertura para o II Fórum Nacional de Dirigentes do SIPEC.

Dia 11 - ADUFS-SSind e SINTUFS participam, no Cultart, da primeira assembléia convocada pelo DCE da UFS para discutir sobre a greve.

Dia 11 - Audiência da ADUFS-SSind e SINTUFS com o Reitor professor José Fernandes de Lima para discutir questões do Hospital Universitário.

Dia 12 - Comando Estadual Unificado de Greve realiza passeata com ato público na feira de Itabaiana.

Dia 21, às 8horas - Ato público e caminhada em defesa do HU, organizada pelo CEUG.

Dia 21 - Forró da Greve, no Cultart.

Dia 26 - Marcha Estadual em Defesa e Promoção da Educação.

Dia 29, às 8 horas - Ato público na Escola Técnica Federal de Sergipe organizado pelo CEUG, em comemoração ao aniversário daquela instituição.

OUTUBRO

Dia 03 - Assembléia Geral Universitária, no Campus.

Dia 03 - O CEUG juntamente com a Central de Movimentos Populares, MST, Sindipetro realizam ato público na estrada do parque Imbura, fechando o trânsito na BR 101 por 30 minutos.

Dias 03 e 17 - Assembléia geral universitária.

Dia 06 - Conselhos superiores em reunião pelo adiamento do vestibular.

Dia 10 - Palestra sobre emprego público, com o professor Carlos Britto, no Auditório da Reitoria.

Dia 10, às 10 horas - O Comando Estadual de Greve participa de sessão especial da Câmara Municipal de Aracaju. Na mesa, a ADUFS-SSind representada pela presidente, a professora Claudete Sampaio.

Dia 10, às 20 horas - Participação no XVII Encontro

Foto: Onezze Araújo

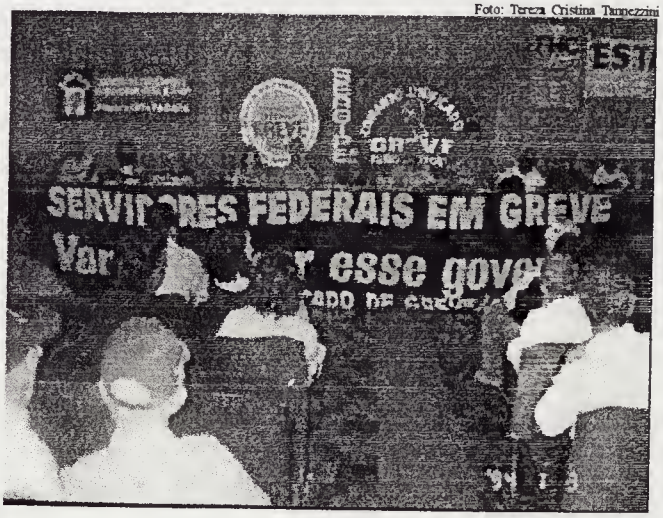


NOSSAS ATIVIDADES

Continuação

de Coros de Sergipe, com panfletagem e cantoria do Comando Local de Greve e pela presidente da ADUFS-SSind, professora Claudete Sampaio.
Dia 17, às 7:30 - Abraço ao CODAP, seguido de café da manhã. Ato em defesa do adiamento do vestibular.
Dia 20, às 20 horas - Panfletagem e recebimento de alimentos para os servidores em greve que não tiveram corte de salário, no show de encerramento do Encontro de Cultura Árabe.
Dia 22 - Audiência do Comando Estadual Unificado de Greve com o Arcebispo de Aracaju, Dom palmeira Lessa, na cúria metropolitana de Aracaju.
Dia 24 - Panfletagem na sede da Petrobras em Aracaju, em apoio aos companheiros petroleiros que decretaram greve nacional por 48 horas.
Dia 24, às 8 horas - Ato público na porta do edifício sede do INSS.
Dia 28 - Participação na missa celebrada pelo Arcebispo de Aracaju, Dom Palmeira Lessa, na igreja São Judas Tadeu, em homenagem aos servidores federais em greve.

Foto: Teresa Cristina Tanezzini



Dia 10 de setembro, às 10 horas. Comando Estadual Unificado de Greve realiza encontro público, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com parlamentares sergipanos do Congresso Nacional. A atividade teve mesa coordenada pela professora Claudete Sampaio, presidente da ADUFS-SSind.

Foto: Ênio Moraes Jr.



Dia 31/10- Ato público em defesa do adiamento do vestibular da UFS.

NOVEMBRO

Dia 06 - Participação dos grevistas na Reunião dos Conselhos que deliberou pelo adiamento do vestibular da UFS, na sala dos Conselhos.
Dia 08 - Assembléia pública unificada dos servidores federais em greve, na porta do edifício do INSS.

NOVEMBRO

Dia 08 - Coletiva de Imprensa do CEUG para explicar as negociações entre grevistas e o governo e para o adiamento do vestibular da UFS, no Auditório da Reitoria.
Dia 13 - Marcha e vigília contra a corrupção.
Dia 20- Universidade vai à rua. Professores, estudantes da UFS, das ETFS e ETFSC, servidores da DRT, INSS e Previdência vão à praça Fausto Cardoso mostrar as suas condições de trabalho e dialogar com a população sobre suas reivindicações.
Dia 21, às 6 horas - Ida da CUT e dos sindicatos ao aeroporto de Aracaju, às 6horas, para abordar parlamentares sergipanos no congresso nacional, com objetivo de pressioná-los no sentido de votarem contra o projeto de lei que flexibiliza a CLT.

DEZEMBRO

Dia 07 - Assembléia de encerramento de Greve da ADUFS-SSind, no Campus.

VESTIBULAR

Leia a seguir a paródia composta pelos professores Solange Montalvão, Amaldo Palmeira e Gisélia Cardoso a partir da composição "Passei no Vestibular", de Martinho da Vila e que foi cantada durante a manifestação pelo adiamento do vestibular da UFS no dia 31 de outubro.

Adiar Vestibular

SENHOR REITOR,
VIMOS SOLICITAR
PARA O SENHOR
ADIAR VESTIBULAR

VESTIBULAR, ADIAR
VESTIBULAR

AULAS PARADAS,
CONTEÚDOS PRA SE DAR,
CONCORRENDO DESSE
MODO,
VAMO-NOS PREJUDICAR

PREJUDICAR, VAMO-NOS
PREJUDICAR

ENSINO PÚBLICO
PREJUDICADO SERÁ,
E A VITÓRIA SERÁ DADA
À REDE PARTICULAR

ISTO NÃO DÁ
DESSE JEITO NÃO VAI DAR

E DEPOIS DE TANTA LUTA
A COISA VAI ESQUENTAR,
POIS O POVO SERGIPANO
NUNCA LHE PERDOARÁ

PERDOARÁ,
NUNCA LHE PERDOARÁ

ESPERAMOS QUE O
SENHOR
COM SENSATEZ AGIRÁ
ADERINDO A NOSSA
CAUSA,
ADIANDO O VESTIBULAR

Foto: Ênio Moraes Jr.



Continuar a Mobilização*

O reitor Fernandes Lima
Está ouvindo nosso protesto
Tenha certeza Reitor
Nossa luta vai dar certo!

Lutamos por uma causa justa
A educação está em jogo
Analise bem nossa proposta
Não nos deixe no sufoco

Vamos estudantes
Continuar a mobilizaçào
Só assim conseguiremos
Uma melhor educação

*Repente de autoria de
Eduardo Fiscina, membro do Diretório
Acadêmico Livre de História

AS FOTOS DOS ATOS DA ADUFS NA GREVE.
EM BREVE O MATERIAL ESTARÁ EM
EXPOSIÇÃO
NA ASCOM / ADUFS-SSind

MOÇÕES

Durante a greve foram deliberadas e aprovadas, em assembléias, mais de 20 moções com caráter de apoio, louvor, solidariedade, reconhecimento e repúdio.
Leia algumas delas:



MOÇÃO DE APOIO

Os professores da Universidade Federal de Sergipe, reunidos em Assembléia Geral da ADUFS-Seção Sindical, dia 23 de outubro de 2001, aprovaram por unanimidade, MOÇÃO DE APOIO aos companheiros do SINDIPREV, que têm se dedicado ativamente a construção da luta de resistência em defesa do serviço público, por melhores condições de trabalho e salário.

Não podemos aceitar atitudes discriminatórias, como a do Sr. Roberto Melo, Gerente Executivo do INSS, em Sergipe, que representam efetivamente repressão ao Movimento de Greve, já que a companheira Dalvaci Azevedo de Góis, citada pelo mesmo senhor, tem sido sindicalista fundamental na consolidação da luta dos trabalhadores da Previdência.

PELA DEFESA DOS DIRETOS SINDICAIS

Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, 23 de outubro de 2001.

MOÇÃO DE PARABÉNS

Os professores da Universidade Federal de Sergipe, reunidos em Assembléia Geral da ADUFS-Seção Sindical, dia 1.º de novembro de 2001, aprovaram por unanimidade, "Moção de Parabéns" ao professor Roberto Leher, pela firmeza e brilhantismo com que tem defendido nas audiências com o MEC e colocado em entrevistas à imprensa nacional, os nossos princípios no que diz respeito à garantia interna do movimento docente e a defesa intransigente da isonomia e paridade entre os professores dos 1.º, 2.º e 3.º Graus.

Sua conduta muito tem nos orgulhado e nos deixado felizes em tê-lo como presidente do nosso ANDES- Sindicato Nacional.

Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, 1º de novembro de 2001.

MOÇÃO DE RECONHECIMENTO

Os Professores da Universidade Federal de Sergipe, reunidos em Assembléia Geral da ADUFS - Seção Sindical, no dia 04 de dezembro de 2001, aprovaram por maioria, "MOÇÃO DE RECONHECIMENTO" aos trabalhadores da Imprensa no Estado de Sergipe, pela correção e profissionalismo demonstrados na cobertura da Greve Nacional Unificada dos Professores das Instituições Federais de Ensino, tendo possibilitado à população compreender e acompanhar os fatos relacionados com o movimento.

Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, 04 de dezembro de 2001.

MOÇÃO DE LOUVOR

Os professores da Universidade Federal de Sergipe, reunidos em Assembléia Geral da ADUFS - Seção Sindical, dia 04 de dezembro de 2001, aprovaram por unanimidade, MOÇÃO DE LOUVOR aos alunos do PQD do Curso de História do pólo de Itabaiana e do Curso de Geografia, do pólo de Estância, pela paralisação completa de suas aulas em apoio a Greve Nacional Unificada dos Professores das Instituições Federais de Ensino.

Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, 4 de dezembro de 2001.

MOÇÃO DE RECONHECIMENTO

Os professores da Universidade Federal de Sergipe, reunidos em Assembléia Geral da Adufs – Seção Sindical, no dia 1º de novembro de 2001, aprovaram por unanimidade "MOÇÃO DE RECONHECIMENTO" à Diretoria e ao Comando Local de Greve – de forma especial à presidente desta Seção Sindical, professora Claudete Sales Sampaio – pela bravura, pela transparência, pela lhaneza e pelo desprendimento no tocante à defesa dos interesses da categoria e dos seus princípios presentes em todas as reivindicações apresentadas ao MEC.
Por tudo isso, estamos não só reconhecidos, como também orgulhosos.

Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, 19 de novembro de 2001.

Greve no serviço público: é possível?

*Antônio Augusto de Queiroz

Será declarada ilegal a greve (no serviço público) deflagrada em desacordo com esta lei. É este o teor do artigo 13 do Projeto de Lei do Poder Executivo enviado à Câmara dos Deputados por intermédio da Mensagem Presidencial nº 1.453, de 27 de dezembro de 2001, para regulamentar o exercício do direito de greve na Administração Pública.

A simples leitura do projeto, enviado ao Congresso em 28 de dezembro, quando os parlamentares já estavam de recesso, releva, mesmo para aqueles contrários ao direito de greve no serviço público, i) ausência de razoabilidade, ii) inconstitucionalidade e principalmente, iii) desonestidade intelectual.

"O projeto, ao invadir competência de outras unidades federativas, extrapola o comando constitucional e exorbita de seu poder regulamentar, incorrendo em inconstitucionalidade"

Seria mais honesto se o projeto: a) tivesse sido enviado durante o funcionamento regular do Congresso, e b) dissesse que seu objetivo era proibir o direito de greve e não regulamentá-lo, como afirma na ementa. Vejamos:

Abrangência – O projeto, segundo sua ementa, "disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII da Constituição e dá outras providências". Comentário: Trata-se de lei ordinária federal e como tal, segundo o princípio federativo, não se aplica nem obriga o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, que são entes da Federação autônomos e com parlamentos próprios, não cabendo a União legislar, exceto por Lei Complementar ou por Emenda Constitucional, sobre assuntos de competência daquelas unidades federativas. O projeto, ao invadir competência de outras unidades federativas, extrapola o comando constitucional e exorbita de seu poder regulamentar, incorrendo em inconstitucionalidade.

Pagamento de grevista – De acordo como art. 3º do projeto, "será suspenso, de ofício, pela autoridade competente, o pagamento da remuneração do servidor em greve, relativamente aos dias não trabalhados". Somente na hipótese de ser declarada legal a greve será restabelecido o pagamento da remuneração, ficando o servidor obrigado a repor os dias não trabalhados, mediante acréscimo de duas horas diárias na jornada. Comentário: Em princípio, parece lógico. Entretanto, quando se examinam as exigências para que uma greve no serviço seja considerada legal, vê-se claramente a desonestidade do texto.

Greve Legal – É considerada legal a greve que atender simultaneamente as seguintes exigências:

a) as deliberações em assembléia somente serão tomadas com a presença mínima comprovada de dois terços do total dos servidores da categoria,

b) consideram-se aprovadas as votações que obtiveram o voto favoráveis da maioria absoluta dos presentes, que em hipótese nenhuma poderá sem inferior a 2/3 do total da categoria,

c) antes de deliberar sobre greve, a assembléia deverá aprovar o "indicativo de greve" e notificar ao Poder Público para que se manifeste no prazo de 30 dias,

d) se, passados o prazo de 30 dias sem manifestação do Poder Público ou frustrada a tentativa de conciliação, poderá ser convocada assembléia específica para decidir pela paralisação dos serviços, observados o quorum de 2/3 de presença e maioria absoluta dos presentes para aprovação,

e) decidida a paralisação, a entidade representativa deverá comunicar, como antecedência mínima de 10 dias, a data de inicio do movimento paredista,

f) também no prazo de dez dias antes do início da paralisação, a entidade deverá "informar à comunidade" sobre as reivindicações apresentadas ao poder público; g) durante a greve deverá ser mantido o percentual mínimo de 50% de servidores em atividade, podendo o Poder Público postular ao Judiciário, liminarmente, a fixação de percentual de servidores em atividades superior a 50%;

h) proibida a prática, durante a greve, sob pena de demissão sumário, de atos que impeçam o acesso ao trabalho, perturbação do regular funcionamento do serviço ou atividade pública ou que cause ameaça ou dano a propriedade ou a pessoa:

Comentário: O não atendimento de qualquer dessas exigências tomará a greve ilegal, com penalidade para o servidor, que ficará sem salário no período de paralisação, podendo ser despedido, inclusive por abandono de empregado, se a paralisação durar mais de 30 dias após declarada ilegal, e para a entidade sindical, que terá multa de R$ 50.000,00 por dia de paralisação. O projeto, como se vê, em lugar de regulamentar, impede o direito de greve no serviço público.

*Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do DIAP. Este texto foi publicado na página do ANDES-SN em 07 de fevereiro de 2002.